



Realização

Comissão de Defesa
dos Direitos da Criança
e do Adolescente

Câmara Municipal de Campinas

20 SEMINÁRIO DESAFIOS da EDUCAÇÃO INFANTIL

Realizado nos dias
24 e 25 de agosto de 2007
na Câmara Municipal de Campinas

Câmara Municipal de Campinas

**II Seminário: Desafios da
Educação Infantil**



Relatório Final

Câmara Municipal de Campinas

**Comissão de Defesa dos Direitos
da Criança e do Adolescente**

Agosto/ 2007





Introdução

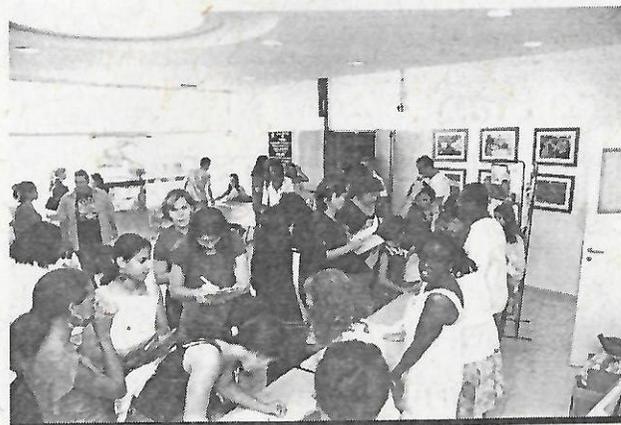
A construção da política de educação infantil, como primeira etapa da educação básica, requer empenho dos militantes, profissionais da educação e da comunidade, na reflexão e na participação ativa na disputa de rumos da política pública de educação no país mesmo diante das grandes adversidades que envolvem este campo.

Embora os números de matrículas na educação básica venham aumentando, a lógica da política de educação é cada vez mais excludente e tomada pelo mercado. Seus parâmetros não se pautam pelo conhecimento compartilhado e construído coletivamente, pela felicidade de crianças e adolescentes, por valores humanos ou pela qualidade social, mas, pela competição, pelos indicadores de eficiência e eficácia dos sistemas educacionais.

Indicadores estes que respaldam a equação do "custo" financeiro, para governos que não têm a educação como prioridade em seus investimentos. Respaldam também, o suprimento de força de trabalho conforme as exigências do mercado.

Os reflexos destas políticas, em particular na educação infantil, são: a contratação precarizada de trabalhadores (as), a redução do tempo de permanência de crianças nas unidades, a construção de grandes unidades, a super-lotação das turmas, o aumento do número de crianças por adulto, a ausência de cursos de formação, a confusão entre a política de educação infantil e outras políticas públicas como atendimentos do campo da saúde e sexualidade, a entrega da educação diretamente ao mercado ou ao quase mercado (entidades do chamado setor público não-estatal), num processo chamado ainda de "publicização"¹.

Nossos grandes desafios passam por resistir a tudo isso, por uma educação infantil pública, gratuita, de qualidade social, para todas as crianças e famílias que precisem e em tempo suficiente para atendimento das suas necessidades.



Mesa de Inscrições



Mesa de Abertura



Comissão Organizadora



O caipira e o saci
Resistência do Brasil
Parabéns pelo segundo seminário
Da educação infantil

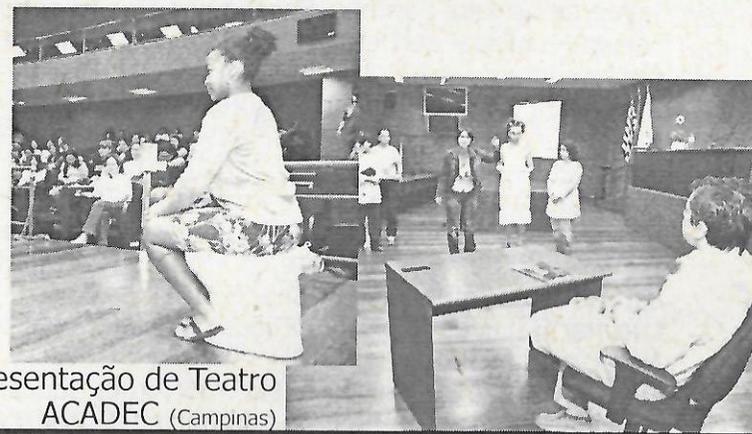
Vou indo rapidamente
Voando cisco no vento
Se você pensar em mim
Agora neste momento
De pensar eu já existo
Para isto fique atento
Não sou filho da mentira
Criação do pensamento

Parabéns "Paulo Bufalo"
E a todos que participaram
Direta ou indiretamente
Deste movimento
"Viva as crianças "

**Do amigo do saci – Poeta caipira Ditão Virgílio
(Produzida na despedida do 2º Seminário)**



Ditão Virgílio
Poeta Caipira
(São Luis do Paraitinga)



Apresentação de Teatro
ACADEC (Campinas)



Exposição de
Trabalhos



Agradecimentos

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de Campinas agradece:

Aos membros da Comissão Organizadora do Seminário:

- Alessandra de Souza Pereira – Professora Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas
- Célia Idrani – Professora Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas
- Jaime de Oliveira Santos – Psicólogo e Coordenador do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Jessica Del C. Vega Galván – Professora Educação Infantil Creches UNICAMP (Licenciada) e Assessora Parlamentar
- Joseane Maria Parice Bufalo – Professora Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas (Coordenou a Conferência da representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB).
- Lucimar B. Lage – Monitora Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas
- Mara Cristina de Almeida Santos – Monitora Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas (Coordenou a Mesa de exposição do “Movimento das Mães sem Creche”).
- Maria José Ávila - Professora Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas
- Mariza de Jesus – Monitora Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas e Diretora Sindicato dos Servidores (Compôs a Mesa de Abertura)
- Roberta Cristina de Paula – Professora de Ensino Fundamental da Rede Estadual de São Paulo
- Rosana Ceccon – Professora Educação Infantil de Rede Municipal de Campinas
- Sérgio Max Almeida Prado – Monitor Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas e Diretor Sindicato dos Servidores



Aos componentes da Mesa de Abertura

- Professor Dr. Jorge Megid Neto – Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
- Professora Neiva Toledo – Representando a Secretaria Municipal de Educação de Campinas
- Luiz “Biula” Muller – Vice Presidente da UBES

Às Expositoras

- Laura Santos – Representante do Movimento das Mães sem Creche da Grande São Paulo
- Rita Coelho – Socióloga e professora que atua na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e integra o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB

Aos profissionais que contribuíram na coordenação de grupos temáticos:

- Marcos Bassi – Professor e Pós-doutorando da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de São Paulo – USP em “Gestão do Financiamento da Educação no Município”.
- Simone Pinto da Silva – Professora e Diretora da Rede Municipal de Campinas

Aos apoiadores

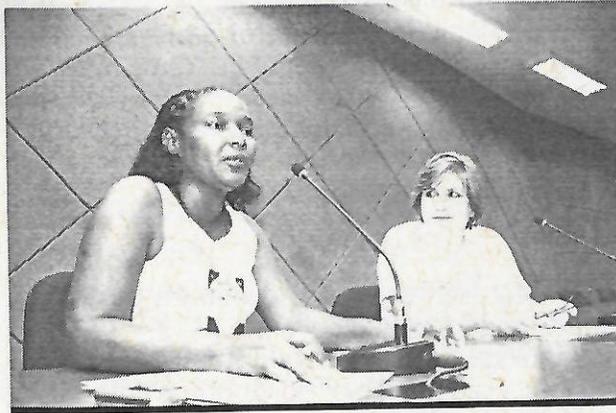
- Bianca Piato pelo apoio nas inscrições, na organização e na infraestrutura
- Eduardo José Turati pela criação e produção dos materiais do Seminário e apoio na infraestrutura

Pelas Apresentações Culturais

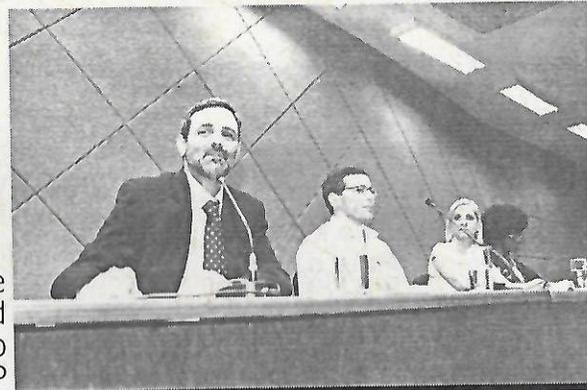
- Ação Artística Para Desenvolvimento Comunitário – ACADEC
- Ditão Virgílio – Poeta Caipira de São Luiz do Paraitinga

Pelo Apoio

- Gráfica Lince
- Piron - Instrumentos para escrita



Mara Santos
Monitora de
creche
Laura Santos
Mães sem
Creche - SP



Dr. Jorge
Megid
Neto
FE-UNICAMP



Rita Coelho
MIEIB



Carta Aberta

II Seminário: Desafios da Educação Infantil

24 e 25 de Agosto de 2007

"...que o tempo passe e deixe aberta a estrada para que nossos sonhos caminhem e cresçam, saiam das cabeças e se concretizem em atos, em arte, nas mãos das pessoas, nas vozes do povo. Que passe e amadureçam as idéias para que nossos sonhos aconteçam e novos sonhos brotem."

(Clayton Bastos/Cordel do Fogo Encantado).

Passados dois anos de nosso primeiro Seminário, como educadoras e educadores militantes da Educação Infantil, queremos recolocar e avaliar os desafios apresentados naquele momento e, à luz do novo cenário da educação nacional, pensarmos os caminhos de resistência e de luta por uma educação infantil pública, laica e de qualidade social.

Neste período ocorreram reformas importantes que impactaram diretamente a educação como um todo no Brasil.

Os movimentos organizados e militantes da educação travaram luta intensa para que as creches - 0 a 3 anos - fossem incluídas no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (educação infantil, fundamental e médio) e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. A Proposta de Emenda Constitucional - PEC



enviada ao Congresso em 2005 não previa o financiamento destas que constituem a primeira etapa da educação básica.

Apesar da decisão final, ficaram os sentimentos de que a educação infantil não está entre as prioridades do Ministério da Educação no que diz respeito ao financiamento da educação. Além disso, em termos de recursos novos para a educação o FUNDEB acrescentará pouco. O novo Fundo nasce baseado no custo aluno possível, decorrente dos limites orçamentários do governo. Com as condições previstas o valor do FUNDEB inicial será em torno de R\$ 800,00 por aluno ano, superior ao praticado hoje no FUNDEF que é de R\$ 620,00, porém inferior ao valor mínimo legal do FUNDEF de R\$ 984,00, pois desde sua aprovação em 1998 o governo federal burlou a Lei.

Outra decisão em relação à educação infantil e o ensino fundamental que afetou diretamente a organização de ambas foi à instituição, de cima para baixo, do ensino fundamental de 9 anos. Em nome de uma bandeira histórica dos movimentos em defesa da educação, o governo federal suprimiu de 1 ano na educação infantil sem qualquer planejamento ou debate aberto e franco.

Enquanto isso os vetos impostos ainda por FHC ao Plano Nacional de Educação aprovado em 2000, que aliás, estava longe de ser um bom Plano, porém, apontava metas progressivas de financiamento para atingir 7% do PIB em 10 anos, sequer são lembrados pelo atual governo e "dormem" numa gaveta do Congresso Nacional. Embora uma avaliação técnica do próprio Congresso em 2005 apontou que a meta do PNE de chegar a 50% de cobertura na educação infantil em 2011 "não será alcançada caso não ocorra uma mudança significativa das condições de financiamento da área".



Dados do IBGE (2003) demonstram que 62,3% das crianças de 0 a 6 anos estão fora da escola sendo que se considerarmos a faixa de 0 a 3 anos este percentual chega a 88,3% das crianças com este direito violado no país.

Estes dados demonstram a continuidade da exclusão de milhões de crianças e de famílias da classe trabalhadora do acesso à educação pública.

Incorporadas à luta pela reversão deste cenário continuam vivas outras bandeiras como o piso nacional salarial para os trabalhadores (as) da educação, a gestão democrática, o controle social (inclusive do financiamento), a formação continuada e a carreira para a educação.

Não obstante estes grandes desafios nacionais por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, a educação infantil, sob a responsabilidade constitucional dos governos locais, vem sendo adaptada às condições possíveis dos municípios em detrimento da prioridade na atenção à criança prevista da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Utilizando-se a todo momento, do argumento "dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal" os governos municipais não fazem concursos públicos, terceirizam e precarizam trabalhadores; não abrem novas vagas obrigando a superlotação das unidades existentes; impõem carreiras aos trabalhadores na lógica do ajuste fiscal e financeiro e fragmentando a educação entre quem pensa e quem executa.

A título de exemplo, vale lembrarmos que na cidade de Campinas através de decisão da Secretaria Municipal de Educação, cerca de 800 crianças de 3 anos e suas famílias tiveram violado seu direito a uma educação infantil de qualidade e tempo suficiente para atendimento de suas necessidades.



Esta decisão da continuidade a uma tendência que nasceu em 1998 quando a Administração Municipal, diante da necessidade de ampliação do número de vagas na educação infantil cortou meio período das crianças da pré-escola (4 a 6 anos).

Além disso, o plano de cargos e vencimentos, recentemente aprovado opera uma distinção na carreira do magistério, criando dois cargos e duas tabelas de vencimentos diferenciados para professores (as) e remete as monitoras (es) de educação infantil para o quadro geral afastando a possibilidade de serem incluídas na carreira do magistério.

Neste contexto, concluímos, afirmando que nossos desafios aumentaram e exigirão muito mais organização, resistência e luta em defesa da educação infantil.

Por isso, propomos que este II Seminário: Desafios da Educação Infantil, retome os temas do I Seminário (Trabalho dos Profissionais da Educação Infantil, Formação, Carreira, Ser Criança, Financiamento e Currículo da Educação Infantil), avalie avanços e retrocessos e pense caminhos de resistência e perseverança.

Apontamos a necessidade de consolidarmos, uma das principais indicações do I Seminário, que é a construção de um Fórum Municipal de Educação Infantil em Campinas. Instância de caráter suprapartidário, aberto à participação e ao debate democrático, com a finalidade discutir, apontar caminhos e mobilizar a sociedade, pelo compromisso com a educação infantil laica e de qualidade social e tempo necessário para atendimento das necessidades de todas as crianças de 0 a 6 anos em Campinas.

A construção do Fórum Municipal de Educação Infantil significa o reconhecimento dos princípios firmados na Constituição de 1988 e a consolidação de uma



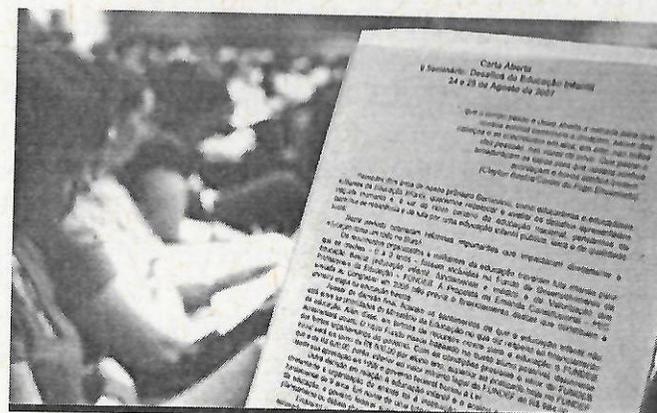
organização de enfrentamentos em favor das infâncias das meninas e dos meninos e da política de educação infantil. Por isso reiteramos alguns princípios básicos que norteiam os Fóruns de Educação Infantil em todo o Brasil.

- Financiamento público, específico e adequado, indispensáveis aos sistemas de educação infantil;
- A indissociabilidade cuidar/educar;
- Garantia do direito ao acesso para todas as crianças de 0 a 6 anos nos sistemas públicos de educação;
- Formação inicial e continuada dos profissionais da educação;

Além disso, recomendamos o fortalecimento do Fórum Regional e do Fórum Paulista de Educação Infantil.

Bom trabalho,

A Coordenação



Momento da leitura da Carta Aberta

GRUPO 1

O Trabalho dos/das Profissionais de Educação Infantil

Coordenação: Rosana Ceccon e Mara Cristina de Almeida Santos

Esta 2ª edição do Seminário de Educação Infantil, mais uma vez, foi fundamental enquanto espaço ampliado de encontro e possibilidades, de debates acerca das políticas para a infância, de estudos, troca de experiências e de formação continuada.

O grupo um reitera e se dedica também a constituição do Fórum Local, suprapartidário, que discuta questões da Educação Infantil, da infância, que amplie a mobilização e fortaleça os debates. Apontando a necessidade de somar forças com o Fórum Paulista, com os outros Fóruns Regionais e com o MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil) nesta trajetória pela infância e seus direitos.

Retomando as discussões do 1º Seminário, o debate parte do princípio de que dois pontos intrínsecos direcionam as discussões a respeito do Trabalho do/da profissional de educação infantil: *Com quem* trabalhamos e *Onde* trabalhamos.

- *Com quem* - traz meninos e meninas de 0 a 06 anos de idade e nos remete a concepção de infância abordada por Arroyo², como um tempo em si diferente do tempo do adulto. Infância de direitos, de infinitas potencialidades, de diversidades culturais, étnicas, religiosas, de diferentes idades, gêneros, classe social e de múltiplas linguagens. Infância cidadã e que deve ter sua cidadania exercida num movimento de respeito, justiça social e felicidade plena, construindo sua autonomia, liberdade e criticidade.

• *Onde* - propõe o reconhecimento da peculiaridade da Educação Infantil, sabendo-a como espaço educativo de cuidar/educar crianças de 0 a 6 anos. São creches e pré-escolas, espaços específicos que não são a casa, nem o hospital, nem a escola e nem a igreja.

Espaços educativos onde o Projeto Pedagógico, documento que organiza os trabalhos, deve ser elaborado coletivamente com a comunidade escolar e pautando-se no ECA, na LDB, na Constituição de 1988, no COEDI/MEC 95 e no Currículo em Construção do Município de Campinas.

Estar cuidadosamente atento à com quem e onde trabalhamos nos dá os indicativos fundamentais da construção do trabalho do/da profissional de Educação Infantil. Um profissional que, sabemos de antemão, não dá disciplina, não é médico/a, não é pai nem mãe e não é líder religioso. Quem são e o que fazem então?

Estes profissionais são professores e monitores, trabalham juntos e desempenhando a mesma função de cuidar/educar com as mesmas crianças. Crianças que fazem parte de um coletivo maior onde estão outras crianças e outros profissionais. Cozinheiras, equipe gestora, equipe de limpeza e guardas. Todos trabalhando neste contexto específico de educação, que tem a criança como protagonista de todo o processo e que, portanto, devem estar comprometidos e envolvidos com o trabalho educativo traçado no Projeto Pedagógico.

Neste processo educativo, educadores x crianças x famílias são atores centrais. Portanto a integração das famílias no Projeto Pedagógico e nos trabalhos durante o ano, é imprescindível.

O trabalho do/da profissional da Educação Infantil vem sendo construído entre tímidos avanços e muitos retrocessos pela desvalorização e desencaminhamentos políticos. Assim como a infância, através da sua militância, trava



constantemente inúmeras lutas por ter seus direitos não reconhecidos e desrespeitados. Situações que só com organização, resistência e luta podemos combater.

Sabemos o valor desta profissão e a especificidade deste trabalho. Um trabalho, portanto, que deve ser planejado cuidadosa e criteriosamente de acordo com as legislações, documentos e pesquisas que avançam nos debates da área, sabendo que infância e que educação queremos.

Recomendações:

- O trabalho do/da profissional de Educação Infantil tem, a priori, o compromisso e responsabilidade militante de garantir que meninos e meninas vivam sua infância brincando, tendo respeitado seus direitos e atendidas sua individualidade, identidade e necessidades.
- Tem como compromisso militante e a responsabilidade pedagógica romper dicotomias. As do cuidar-educar e do pensar-fazer... Mas também romper as impostas às crianças como realidade-fantasia, ciência-imaginação, céu-terra, razão-sonho... À luz da poética de Malaguzzi³ e reafirmando com ele que estas são coisas que andam juntas.
- O trabalho deste profissional tem ainda o compromisso militante e a responsabilidade pedagógica de ser pesquisador constante da sua prática buscando estudos, abordagens e pesquisas que são elaboradas e que representam avanços nas teorias e discussões sobre a infância e a Educação Infantil.
- Baseado na concepção de infância que debatemos aqui, este profissional tem como papel ser observador constante dos saberes e fazeres das crianças e a partir daí organizar os tempos, espaços, ambientes, materiais, brinquedos e brincadeiras para garantir às crianças, crescimento integral, corpo e mente indissociavelmente.



Rompendo, portanto, modelos e concepções escolares, que entre outros aspectos, compartimentalizam conhecimentos e experiências. Tem também papel de garantir às crianças recursos criativos e diferenciados desde os escolhidos para compor a lista de materiais que representará o perfil do trabalho, até os oferecidos pelo seu olhar atento de educador/pesquisador, que elege recursos que não subestimem a inteligência e a capacidade das crianças e seu ser-cidadão infante, curioso e brincante. Um trabalho que garanta encontro e convívio das diferenças; expressão de suas múltiplas linguagens; manifestação de suas culturas infantis, exercício da sua autonomia, das curiosidades, das fantasias, da cooperação, da solidariedade, da alteridade e possibilidades de múltiplas relações, da opção de mais de uma atividade ao mesmo tempo, de estarem sós, em pequenos grupos ou em grandes grupos, sempre incentivados a serem participativos, de interagirem com a natureza e seus elementos, terem possibilidade de construir coletiva e tridimensionalmente seus projetos e de brincarem com tudo e todos manifestando sua dimensão lúdica e criativa.

• Enfim, tem de assumir compromisso com a luta em defesa da infância e da educação pública, laica e de qualidade para todos.

Sendo assim assumimos o envolvimento, através do Fórum Municipal aqui constituído, com as discussões das políticas federal, estadual e municipal no que tange a infância e a sua educação. E refutamos a política de terceirização e privatização que assola o município e o país.



Bibliografia

- ARIÈS, Philippe. (1981). História social da criança e da família. Rio de Janeiro, LTC
- ARROYO, Miguel G. (1995). O significado da infância. In: **Revista Criança**, Brasília, n. 28, pp. 17-21.
- CAMPOS, Maria M; ROSEMBERG, Fulvia. (1995). Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança. Brasília: MEC/SEF/COEDI
- CERISARA, Ana B. (2002). *Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional*. São Paulo, Cortez.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de. (2000) O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: **Educação infantil rumos e desafios**. Campinas. Autores Associados.
- GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn; FORMAN, Georg. (1999). *As cem linguagens da criança: A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- GUATTARI, Félix. (1987). As creches e a iniciação. In: **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo, Brasiliense, pp. 50-55.
- MANTOVANI, Susanna; PERANI, Rita M. (1999). Uma profissão a ser inventada: O educador da primeira infância. **Pró-Posições**, Campinas, Unicamp, v.10, n. 28, pp. 75-98.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. (1986). O lazer e o uso do tempo na infância. *Comunicarte*. Campinas, IAC. Ano 04 n. 07. pp. 89-98
- MARTINS, José de Souza. (1991). O massacre dos inocentes: A criança sem infância no Brasil. São Paulo. Hucitec.
- ONGARI, Bárbara; MOLINA, Paola. (2003). A educadora de creche construindo suas identidades. São Paulo, Cortez.
- PERROTTI, Edmir. (1982). A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre, Mercado Aberto.



Bibliografia Infantil Sugerida

- Belinky, Tatiana. **Diversidade**. Quinteto Editorial
- Barros, Manoel de. **Exercícios de ser criança**. Salamandra
- Druce, Arden. **Bruxa, bruxa venha a minha festa**. Brinque-Book
- Furnari, Eva. **Cocô de passarinho**. Companhia das letrinhas
- Lenain, Thierry. **Ceci tem pipi**. Companhia das letrinhas
- Machado, Ana Maria. **Severino faz chover**. Salamandra
- Munduruku, Daniel. **Kabá Darebu**. Brinque Book
- Murilo, Gerson. **Eu fico segurando meu nariz**. Ática
- Rocha, Ruth. **Faca sem ponta, galinha sem pé**. Atica
- Wood, Audrey. **Rápido como gafanhoto**. Brinque Book

CDs Sugeridos

- Palavras Cantadas. Cantigas de Roda
- _____ . Canções de Brincar
- _____ . Canções Curiosas
- _____ . Pé com pé



Grupo:
O Trabalho
dos/das
Profissionais de
Educação
Infantil



GRUPO 2

Formação das Profissionais de Educação Infantil

Coordenação: Simone Pinto da Silva e Alessandra de Souza Pereira

Ao abordar essa temática, nosso objetivo foi discutir, refletir e encaminhar propostas para as duas vertentes de formação das profissionais de educação infantil: a formação inicial e a continuada.

A formação é o suporte necessário para que as profissionais sejam autoras de suas práticas, em outras palavras, para a união entre pensar e fazer. Ao formular, planejar, avaliar, reavaliar seus fazeres, as profissionais de educação infantil rompem as dicotomias: quem cuida/executa e quem educa/planeja. Por isso, a formação é essencial para garantir um trabalho de qualidade com as crianças pequenas e para construção de uma identidade dessas profissionais. Destacamos também outros aspectos importantes da formação: a valorização e a possibilidade de inserção das monitoras⁴ enquanto profissionais do ensino.

Após a LDB de 1996, a Educação Infantil passa a ser a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, é uma *modalidade do ensino*. A lei determina que o profissional do ensino deve ser o professor/docente e sobre sua formação inicial, em seu Artigo 62 do Título VI – Dos Profissionais da Educação, dispõe:

"A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal"



Desde o 1º Seminário Desafios da Educação Infantil, ressaltamos e reafirmamos a urgente necessidade dos sistemas de ensino se adequarem ao exigido pela LDB. Alguns municípios ofereceram curso de magistério para as profissionais de creche; alguns proporcionaram a formação inicial, mas, no entanto, não inseriram as monitoras na carreira do magistério. Infelizmente a grande maioria dos municípios nada fez. Ainda temos agravantes, como no caso do atual plano de cargos de Campinas que retirou as monitoras da família do ensino.

Nosso grupo temático avaliou que a formação de TODAS as monitoras, tão como propõe a LDB, e sua inserção na carreira do magistério é nosso grande desafio atual.

Temos outro grande desafio, talvez até mais complexo que o anterior: proporcionar uma formação que dê sustentação para a superação do modelo escolar ainda vigente na educação infantil. Queremos essa formação para todos os profissionais das creches e pré-escolas (monitoras, professoras e especialistas), pois nem sempre os cursos de Magistério e Pedagogia ofereceram disciplinas voltadas à pedagogia da educação infantil. Essa "ausência" de formação própria da educação das crianças de 0 a 6 anos gerou/gera uma adaptação do modelo da escola do fundamental para o trabalho com as crianças pequenas. Essa formação específica é imprescindível para que possamos construir nossa identidade de atuação profissional, pautada na cultura infantil e não nos conteúdos escolares.

Recomendações:

Formação inicial:

- Pedagogia para todas as profissionais de educação infantil através de criação de novos convênios do poder público com as prefeituras⁵;

2º Seminário Desafios da Educação Infantil



- Na formulação do curso de Pedagogia, que este seja presencial e que não se exija o Magistério para poder cursar a faculdade, evitando-se a exclusão da maioria das monitoras que não tem essa habilitação⁶;
- Exigência do curso de Magistério ou Pedagogia para ingresso no cargo de monitora via concurso e, na ausência desse, nos processos seletivos.

Formação continuada:

- Garantia e incentivo à formação continuada para todas as profissionais de educação infantil;
- Não exclusão das monitoras nas convocações da prefeitura em eventos, palestras e cursos;
- Proporcionar formação continuada conjunta entre as profissionais: monitoras, professoras, especialistas e funcionários;
- Oferecimento de mais cursos aos sábados;
 - Avaliação criteriosa de quem ministra os cursos da rede; garantir e valorizar os profissionais da própria rede de Campinas para ministrar as formações, incluindo destinação de verba para esse fim;
 - Quanto às duas horas de formação das monitoras: que contemple teoria e prática e as necessidades e anseios das monitoras; fazer adaptações dessas horas em momentos coletivos, integrando os profissionais para garantia de um planejamento conjunto; reformulação dessas horas para seguinte forma: 28 horas com crianças, 2 horas de formação e 2 horas de planejamento conjunto com a professora (reunião de setor) na unidade.

Câmara Municipal de Campinas

Bibliografia

- ABRAMOWICZ, Anete. O direito das crianças à educação infantil. **Pró-posições**. Revista da Faculdade de Educação/ UNICAMP. São Paulo: vol. 4, n. 3 (42), jan./abr. 2004.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- EDWARDS, Carolyn; Gandini, Lella; Forman, G. (orgs.). **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura**. Editora Unicamp, Campinas, SP. Editora Cortez, SP, 2002.
- FARIA, Ana Lúcia G, PALHARES, Marina (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- MEC/COEDI. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança**. Brasília, 1995.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Coordenadoria de Educação Infantil. **Currículo em Construção**. Campinas, 1998.



Grupo:
Formação das
Profissionais de
Educação
Infantil



GRUPO 3

Carreira

Coordenação: Mariza de Jesus, Sérgio Max Almeida Prado e Joseane M. P. Bufalo

“A carreira que temos e a carreira que queremos: Por onde caminhar para chegarmos aos nossos objetivos?”

Penso que não corremos o risco de chegar à barbárie porque há muito vivemos na barbárie. E devemos educar contra ela. Educar contra a barbárie significa recuperar a história e as histórias guardadas e esquecidas, estabelecendo uma outra relação com a tradição, significa colocar o presente numa situação crítica e compreender que o passado não precisaria ter sido o que foi, o presente pode ser diferente do que é, que portanto, é possível mudar o futuro (Kramer).

Para realizarmos esse debate é necessário saber de onde estamos partindo. Partiremos da nossa realidade brasileira sistematizada nos documentos do MIEIB. Publicação de 2002, a qual contemplava 13 municípios na época. Assim como as sistematizações do 1º seminário: *Desafios da Educação Infantil*.

Segundo documentos do MIEIB, o processo de reorganização das redes de atendimento às crianças de 0 a 6 anos e dos sistemas de ensino como um todo vem configurando, um período marcado por avanços, mas também por ambigüidades no campo da educação infantil. A escassez de subsídios orientadores, o desconhecimento das reais possibilidades dos dispositivos legais, decorrentes das diversas interpretações que esses sugerem, a limitada divulgação da produção teórica, a indefinição de fontes



específicas de financiamento e atuação pouco comprometida dos responsáveis pelo direcionamento de políticas públicas para a área.

No entanto, por outro lado, o enfrentamento desses desafios vem mobilizando participantes dos Fóruns de educação infantil, de diferentes estados brasileiros, atualmente 23. Com o objetivo de unir forças em torno do fortalecimento da educação da criança de 0 a 6 anos. Dentre os princípios norteadores básicos que definem o MIEIB destacamos para o debate sobre carreira:

- A destinação de recursos públicos, específicos e adequados.
- A implementação de propostas pedagógicas elaboradas pelo coletivo das instituições.
- A implementação de projetos de formação inicial e continuada dos profissionais de educação infantil.
- A constituição, delimitação e regulamentação do campo de atuação e de formação dos profissionais de educação infantil.
- A inclusão, na política nacional de formação de professores, da especificidade dessa formação.

Assim, ressaltamos que o MIEIB tem se configurado como uma estratégia prioritária para que professores, pesquisadores, profissionais e militantes da educação infantil possam desenvolver uma ação transformadora frente às contradições do mundo social. Este espaço e os espaços criados pelos fóruns, sem dúvida, constituem-se em recusa submissão ao lugar comum para todos os envolvidos na difícil arte de fazer história da infância através da educação. (Brasil, p. 11, 2002).

Além da passagem da Educação Infantil da assistência social para a educação tomou-se também como referência o ECA, enquanto direitos das crianças. Assim como documentos nacionais, específicos para a educação infantil, foram sendo elaborados como: *Os critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos das crianças* (1995), *O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*



(1998). E recentemente o MEC lançou os seguintes documentos: *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos à Educação* (2005) e *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil* (2006).

Como podemos destacar aqui a formulação de uma política de formação e valorização dos profissionais de Educação Infantil intensificando-se ações voltadas para a formação inicial e continuada, a estruturação da carreira e a melhoria das condições de trabalho e remunerações.

O Fórum do Mato Grosso do Sul, traz como fundamental na formação do profissional, ou seja, o professor precisa ser preparado na perspectiva de que assuma o seu próprio desenvolvimento profissional, constituindo saberes teóricos e conceituais e que participem como atuantes nas políticas educativas. Isto significa ser protagonista de sua própria história, autor e ator de sua prática pedagógica. Na relação com outros profissionais, com organizações sociais, com pesquisadores, com as famílias e governantes.

Cabe ao professor de educação infantil pensar, refletindo sobre o seu fazer docente.

A trajetória dos profissionais de educação infantil é marcada por importantes transformações que vêm se delineando ao longo dos tempos, gerando ambigüidades, conflitos, instabilidades e incertezas, mas ao mesmo tempo, produzindo muitos ganhos que se refletem na qualidade do atendimento às crianças pequenas.

Além disso, existe um movimento crescente de profissionalização das pessoas que trabalham nas creches e pré-escolas.

Nesse momento de construção do perfil do profissional para o trabalho com as crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, é muito importante investir na valorização dos profissionais que trabalham com crianças pequenas. Além de se reconhecerem como sujeitos de suas ações pedagógicas, assumindo uma concepção de infância onde a criança seja sujeito de direitos, cidadão histórico e cultural



que sonha e brinca para se constituir em todas as suas possibilidades.

Para tal, os profissionais precisam ser capazes de criar situações, vivências e experiências que incorporem as dimensões intelectual, estética, ética, comunicativa, social, afetiva, o pensamento científico e crítico (Brasil, p. 63).

Atualmente, além da formação em educação infantil buscar uma maior profissionalização, há também um movimento crescente de politização das educadoras, que entendem a escolarização e a valorização profissional como um direito inalienável de cidadania.

Não se consegue um novo patamar facilmente. As relações de poder, a descontinuidade das propostas impedindo sua efetivação, as dificuldades do financiamento, a hierarquia das relações culturalmente estabelecidas, as condições salariais e de trabalho precárias, a desvalorização **e ausência de um plano de carreira**, dentre diversas outras questões, são exemplos de alguns dos entraves que, intrinsecamente, acompanham e interferem nos projetos de formação.

Recomendações

Diante dessa discussão o grupo elencou as seguintes bandeiras para a questão da carreira na educação infantil:

- § Ter um único tipo de profissional na docência da educação infantil de 0 a 6 anos;
- § O não rebaixamento dos profissionais da Educação Infantil, ou seja, todos os docentes devem estar na carreira do magistério, com carreira que revele sua valorização em termos de condições de trabalho e de salário;
- § A não terceirização da educação infantil: profissionais e equipamentos;
- § Formação inicial e continuada;
- § Trabalho com a comunidade;

2º Seminário Desafios da Educação Infantil

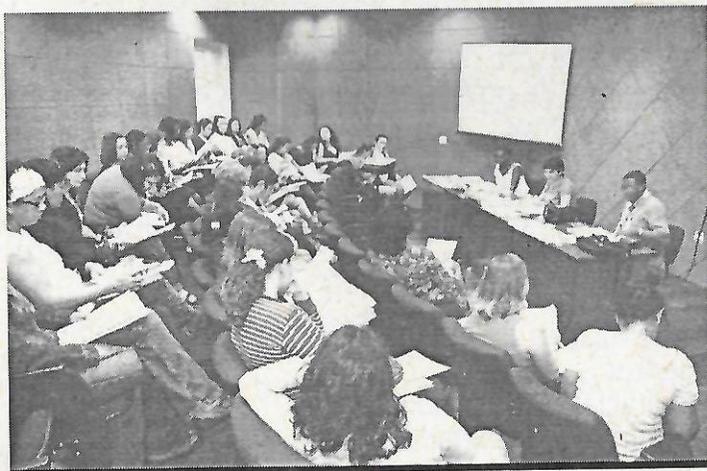


- § Políticas públicas voltadas para a Educação Infantil;
- § Organização das horas de formação das monitoras da rede municipal de Campinas (GEM).

O grupo trabalhou com as seguintes linguagens: inicialmente foram distribuídos dois textos: Paulo Freire: *Educação: o sonho possível* e *No encontro o confronto* (sem autoria). Após lermos coletivamente estes textos fizemos uma breve discussão. A coordenação realizou uma breve exposição introdutória ao tema e logo após debatemos o tema entre todos. Nós coordenadores, também socializamos registros com fotos e escritos sobre diversos trabalhos em diferentes unidades de educação infantil, os quais foram expostos.

Bibliografia

CAMPOS, Maria M. e COELHO, Rita. **Consulta sobre qualidade na educação infantil**. Relatório final. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/MIEIB, 2006.
MIEIB-Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. **Educação Infantil: construindo o presente**. Campo Grande/MS: UFMS, 2002.



Grupo:
Carreira



GRUPO 4

Ser Criança

Coordenação: Célia Idrani, Jaime Oliveira Santos e Roberta Cristina de Paula

Histórico, Direito ao Brincar, Condição Peculiar de Desenvolvimento e Sujeitos de Direitos

Dinâmica realizada na abertura dos trabalhos: Roda com a cantiga: "JABUTI".

Letra:

Jabuti sabe lê, não sabe escrevê,
Trepá no pau e não sabe descê,
Lê, lê, lê, lê,
Lê, lê, lê, lê, lê, lê
Tô saindo, tô entrando

* esta manifestação é conhecida como cacuriá, origem maranhense.

O grupo destacou que "ser criança" é o ponto fundamental na Educação Infantil, por isso faz-se necessário o debate sobre a concepção de criança que estrutura nossos trabalhos.

Neste processo de construção da Pedagogia, para esta primeira etapa da Educação Básica, a formação do profissional é uma questão prioritária, pois ela será o principal aporte para a construção dos conceitos a partir dos quais trabalharemos, sendo assim, uma formação de má qualidade acarretará num trabalho de má qualidade.

Historicamente, os profissionais do magistério foram formados para exercer funções relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem no modelo escolar, no entanto,



concebemos a Educação Infantil enquanto um espaço privilegiado onde trabalhamos essencialmente com crianças (torna-se importante enfatizar que a Educação Infantil é dos 0 aos 6 anos, mas a infância é até os 12 anos), por isso temos que estar atentos às necessidades desses sujeitos hoje, no presente, sabendo que são portadores de cultura, precisamos estar preparados e abertos a ouvi-los. Então, a formação necessita de especificidades características desta área.

Contrapondo ao modelo de antecipação da alfabetização, propomos um trabalho que se baseie na concepção de letramento, a qual deverá propiciar situações em que o escrito tenha sentido. De acordo com Arelaro in Conde, 2004: *"É preciso que assumamos o letramento como uma condição fundamental da Educação Infantil."*

Esta decisão não deve ser tomada pelo setor público em função daquilo que se faz na escola particular. A lógica de mercado e o senso comum que muitas vezes estão presentes nas instituições particulares, não servem à uma proposta de educação para emancipação.

As atividades deverão propiciar acesso e vivências de diferentes e múltiplas linguagens (artística, corporal, escrita, oral, visual, musical, e tantas outras). É fundamental estimular a cultura e o lúdico, ter iniciativas, levar as crianças para conhecer outros lugares e espaços, teatros, cinemas, circos, praças...

Há necessidade de refletirmos sobre o espaço do brincar na Educação Infantil, como concebemos esta categoria pedagógica? Enquanto profissionais, estamos possibilitando o brincar? E de que forma?

Não podemos nos limitar e limitá-las (crianças) aos minutos estabelecidos ao parque, ou aos minutos reservados para brincadeiras em espaços fechados, mas sim, entender



o brincar enquanto linguagem infantil, como fonte de conhecimento, quando a criança brinca, ela é criança.

A proximidade no diálogo entre a instituição e a família é essencial, uma parceria possibilitará maiores progressos, consolidando uma construção coletiva e representativa.

O grupo colocou-se contrário ao ensino fundamental de 9 anos, identificando nisto uma política que atendeu a interesses econômicos, desvalorizando a Educação Infantil com a redução da idade para o início no ensino fundamental.

Perante estas colocações outros pontos foram levantados como sendo inerentes ao processo, um deles é sobre o planejamento, que tem que partir da observação da criança, das suas necessidades, para elaborarmos as atividades com intencionalidade, possibilitando assim aprendizagens significativas. O projeto político pedagógico é algo fundamental, pois a partir dele estabeleceremos coletivamente as concepções que direcionarão os trabalhos na instituição.

O grupo apontou a necessidade de haver comprometimento, organização e mobilização dos profissionais na busca da concretização das políticas referentes à Educação Infantil, sendo nas micro e macro, esferas de atuação.

Recomendações

- Ter o olhar diferenciado para cada criança.
- Promover a interação família/ escola/ comunidade.
- Qualificar e preparar a escola e os educadores para receberem as crianças.
- Criar formas dos profissionais da educação infantil se apropriarem de repertórios de teorias e práticas (práxis).
- Propor/ampliar/respeitar mecanismos para participação popular no acompanhamento dos recursos destinados à educação infantil.

2º Seminário Desafios da Educação Infantil



- Firmar como um dos objetivos centrais da Educação Infantil a garantia do desenvolvimento integral das crianças nas perspectivas da infância.
- Aprofundar a compreensão das concepções de linguagens infantis, de alfabetização e de letramento.
- Ampliar a articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental.
- Estimular o desenvolvimento através do lúdico; na vivência do lúdico constrói-se relações prazerosas entre adultos e crianças e entre as próprias crianças.
- Priorizar na formação das (os) profissionais o eixo do brincar.
- Denunciar a falta de investimentos para a educação infantil (a preocupação com o sucateamento da educação da criança de 0 à 6 anos).
- Respeitar a individualidade de meninos e meninas; cada criança é única (garantia do atendimento à todas e cada uma).
- Estimular o registro como forma de pesquisa, de validação e conseqüente valorização da educação da criança de 0 à 6 anos.
- Construir o projeto político pedagógico demonstrando a intencionalidade do trabalho e estimulando a participação com a comunidade.
- Construir espaços de discussão, análise, trocas que venham a validar a educação da criança pequenina como sendo realmente a primeira etapa da educação básica.
- Reafirmar a importância de momentos como os oferecidos por este seminário que nos trouxe reflexões que podem gerar ações efetivas na solução de problemas encontrados e ainda não solucionados referentes à educação infantil.
- Estabelecer um número de crianças por turma considerando o espaço e a qualidade da educação infantil.

Câmara Municipal de Campinas

Não houve consenso em relação ao debate dos agrupamentos e mistura de idades o que levou o grupo a recomendar o aprofundamento deste tema do ponto de vista pedagógico e das intenções políticas.



Bibliografia

- ADELSIN.** Barangandão Arco-Irís. Belo Horizonte: Adelsin, 1997.
- AQUILO.** Apostila do curso: A arte do brincante para educadores. Escola e Teatro Brincante, SP, 1999.
- BANDEIRA,** Pedro. O que eu vou ser quando crescer in **Mais respeito, eu sou criança.** Coleção Girassol. Editora Moderna.
- BARTHES,** Roland. Brinquedos modernos para homúnculos imitadores. **Mitologia.** Edições 70, Livraria Martins Fontes.
- CONDE,** Juliana Bolsonaro. **As crianças pequenas produzem cultura na sociedade grafocêntrica: as linguagens na Educação Infantil.** TCC- Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP, 2004.
- EDWARDS,** Carolyn; Gandini, Lella; Forman, G. (orgs.). **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FARIA,** Ana Lúcia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura.** Editora Unicamp, Campinas, SP. Editora Cortez, SP, 2002.
- LIMA,** Eliane de Araújo. A educação na visão do letramento. **Revista Criança (do professor de educação infantil).** Ministério da Educação, dez/99, p. 30 à 33.
- PACHECO,** Lílian. **Pedagogia Griô. A reinvenção da roda da vida.** Ministério da Cultura, Lençóis, Bahia, 2006.
- PAULA,** Roberta Cristina de. **A linguagem corporal das crianças pequenas de um Parque Infantil de Campinas (1942-1952).** TCC- Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP, 2003.



RABITTI, Giordana. A procura da dimensão perdida: uma escola de Infância de Reggio Emilia. Porto Alegre, Artes Médicas Sul Ltda., 1999.

REVISTA AVISA LÁ, CRECHE PLAN. A importância da arte na educação do olhar. No. 1, set/99, p. 17 à 22.

REVISTA AVISA LÁ, CRECHE PLAN. Mexe e remexe; Arte na creche. No. 2, jan/2000, p. 9 à 15.

REVISTA e, SESC-SP. Som nas caixinhas. No. 5 ano 12, nov/2005, p. 16 à 21.

REVISTA NOVA ESCOLA. Pedagogia dos sentidos. Junho/julho- 2002, p. 52 à 54.

Indicações discografia:

Meu pé, meu querido pé (1997), Hélio Ziskind.

A arca de Noé (1980), Vinícius de Moraes e Toquinho.

Os saltimbancos (1977), Chico Buarque.

Adriana Partimpim (2005), Adriana Calcanhoto.

Brincadeiras de Roda, estórias e canções de ninar (1983),

Elba Ramalho, Solange Maia e Antonio Carlos Nóbrega.

Canção de todas as crianças (1987), Toquinho.

Canções de brincar (1996), Coleção Palavra Cantada.

Canções do Brasil (2000), Palavra Cantada.

Canções Curiosas , Palavra Cantada.

Pé com pé (2004), Sandra Peres e Paulo Tatit



Grupo:
Ser Criança



GRUPO 5

Financiamento da Educação

Coordenação: Marcos Edgar Bassi e Paulo Bufalo

O financiamento em seus diferentes aspectos, do planejamento orçamentário à execução financeira propriamente dita, se constitui como um dos instrumentos fundamentais de consolidação de políticas públicas.

A Constituição de 1988 consolidou a vinculação de recursos para a política de educação, estabelecendo os percentuais mínimos para aplicação na sua manutenção e desenvolvimento. São, respectivamente, 18% para a União e 25% para os Estados, Distrito Federal e Municípios da receita resultante de impostos próprios e provenientes de transferências dos outros entes federados da esfera superior (Estado e União).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Federal n.9394/96), além de reiterar as vinculações nos termos da Constituição, estabeleceu as despesas que se constituem e aquelas que não se constituem como de “manutenção e desenvolvimento do ensino” e definiu ainda os procedimentos para apurações e repasses periódicos dos recursos aos órgãos públicos responsáveis pela educação.

Até 2006, o financiamento da educação básica de nível fundamental no país ocorria através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Este fundo recolhia 60% dos 25% (= 15%) dos recursos municipais e estaduais vinculados à educação para serem destinados exclusivamente ao ensino fundamental, deixando o ensino médio e a educação infantil com os 10% restantes.

2º Seminário Desafios da Educação Infantil



A partir de 2007, entrou em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB (Lei n. 11494/07), com vigência até 2020 e que abrange todos os níveis e modalidades da educação básica⁸. O FUNDEB é constituído por 20% dos impostos e transferências constitucionais da União para Estados e municípios e por aqueles arrecadados pelos Estados, excluindo aqueles arrecadados pelos municípios (IPTU, ISS e ITBI).

Um quadro comparativo entre os valores do FUNDEF e os valores estimados do FUNDEB além de um "Quadro comparativo de aspectos do poder decisório, da autonomia e do empoderamento nos Conselhos", foram apresentados pelo Prof. Marcos Bassi e estão colocados em ANEXO a este texto.

Estes dados permitem afirmar que o FUNDEB embora amplie sua abrangência para todos os níveis e modalidades da educação básica a ampliação dos valores aluno/ano é modesta em relação ao FUNDEF para 2007, o que equivale afirmar que os recursos novos serão pequenos. Além disso, a fiscalização do FUNDEB exigirá um outro padrão de acompanhamento dos recursos financeiros por parte da população, através dos Conselhos criados por legislações próprias dos Estados e municípios, como forma de garantir o uso adequado de tais recursos.

Este é um grande desafio de militantes, pesquisadores e profissionais da educação infantil, tendo em vista o grande desconhecimento das especificidades do planejamento, diretrizes e execução de verbas públicas, bem como a restrita participação popular no controle orçamentário.

Câmara Municipal de Campinas



Recomendações

- Ampliar os espaços de capacitação do funcionalismo, da comunidade, dos conselhos e dos membros do poder legislativo.
- Implementar a Lei que institui o Relatório de Gestão Financeira da Educação garantindo a publicação periódica do Relatório e a discussão em audiência pública.
- Apesar de sermos contrários à terceirização da educação infantil e à entrega conveniada de unidades de educação infantil públicas para gestão da iniciativa privada ou de entidades sociais, destacamos a preocupação com os seguintes aspectos que, na vigência destas formas de gestão, devem ser regulamentados:
 - o Garantia da qualidade do projeto pedagógico, acompanhamento, avaliação, controle e fiscalização.
 - o Formação, carreira e valorização dos trabalhadores.
 - o Que os investimentos em creches conveniadas, jamais seja em detrimento do investimento em Educação Infantil pública, laica e de qualidade social.
- Criar com urgência um Fórum Municipal de Educação Infantil, como instância de debates, propostas e estudos da política pública de educação, articulado com os Fóruns regionais e estaduais e com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB.
- Fortalecer as lutas da educação infantil pelo acesso e permanência da criança em tempo suficiente para atendimento de suas necessidades e pelo respeito à criança como sujeitos de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.

2º Seminário Desafios da Educação Infantil



Publicação da Lei de Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB (Lei n. 11494/07), das orientações para atuação do Conselho Municipal do FUNDEB e da Lei Municipal que o regulamentava, para dar ampla divulgação para sociedade em geral.



Grupo:
Financiamento
da Educação

Câmara Municipal de Campinas

GRUPO 6

Currículo da Educação Infantil

Coordenação: Maria José Ávila



Em continuidade à discussão curricular na Educação Infantil, o grupo que discutiu a temática: "Currículo da Educação Infantil" contou com a participação de diferentes segmentos profissionais: professoras, monitoras, gestoras da Rede Pública dos municípios de Campinas e Vinhedo, professoras da Rede Estadual (Ensino Fundamental), coordenadoras e professoras de Escolas Particulares e de Creches Conveniadas com o Município de Campinas e também alunas de cursos de Pedagogia (PUC e PROESF)

O grupo foi convidado a refletir a partir de dois filmes curtos, o primeiro intitulava-se: "O menino, a favela e as tampas de panelas" (TV Cultura) e o segundo: "A leveza do balé esquisito" extraído da Dissertação: As professoras de crianças pequenininhas e o cuidar e educar de Maria José Ávila.

Durante a apresentação de cada profissional evidenciou-se um ambiente de trabalho com diversas concepções educativas e pontos de vista diferentes sobre as questões pedagógicas. Neste contexto de "convívio e confronto das diferenças", o grupo refletiu sobre o significado do movimento permanente de construção da Pedagogia da Educação Infantil, que concentra-se num campo teórico de reflexão da prática e construção de conhecimentos sobre as infâncias, os saberes pedagógicos e as experiências vividas, considerando-se todos estes elementos, como componentes curriculares no âmbito das práticas educativas.

Foi assim que a relação teoria e prática ficou mais evidenciada para as presentes no grupo de trabalho do Seminário, e uma professora da Rede de Campinas, lembrou como iniciou-se nos anos 80, (com a participação do Prof. Enildo Pessoa na Secretaria de Educação em Campinas) o processo de autonomia do professor na definição de



propostas pedagógicas para as turmas de crianças sob sua responsabilidade em todos os níveis de ensino e depois as conquistas com a constituição de projetos pedagógicos em cada Unidade Educacional.

Assim, ficou evidente que ainda há muito o que fazer na Proposição de uma "Linha Pedagógica na Rede Municipal" e, se por um lado há dificuldades neste caminho; de outro lado, verifica-se uma riqueza de experiências que merecem ser detalhadas e difundidas nas redes de ensino, a partir de aprofundamentos das bases epistemológicas existentes no Currículo em Construção de Campinas que já contemplam: a produção cultural, o brincar, o conhecimento e os âmbitos de experiências de adultos e crianças.

Ao aprofundar a relação teórico-prática, aliada à problematização das "faixas etárias", hoje presentes em cada Agrupamento de crianças, poderemos trazer para o debate e aprofundamento teórico as experiências vividas na autonomia de trabalho, e este processo poderá ser um bom início para superar práticas descontextualizadas dos Projetos Pedagógicos de cada Unidade Educacional e do Currículo Documentado de Campinas.

O trabalho Intersetorial entre secretarias, para a construção de olhares atentos e sensíveis à condição do ser infantil também apareceu como bandeira de luta a ser defendida nas propostas de Pedagógicas e de Currículo.

Outra bandeira que surgiu no debate deste GT, foi a necessidade de contemplar as expectativas dos pais nos diferentes momentos da experiência das crianças em creches e pré-escolas.

Ademais, surgiu a necessidade imperiosa de integração entre EMEFs e EMEIs, quando ocorrer a passagem das crianças de 6 anos à escola de ensino fundamental. Pois, isto tem ocorrido com muitos questionamentos e ainda tem gerado desafios às profissionais que deparam-se com crianças pequenas que têm direito a infância e não podem sofrer prejuízos com a antecipação de práticas escolarizadas nas séries iniciais.



Para finalizar, o grupo tomou conhecimento da Resolução n. 12/06 sobre a Avaliação e Fortalecimento do Trabalho Pedagógico nas Unidades Educacionais da RME de Campinas, e ponderou que há conflitos desta resolução com outras resoluções que se seguiram e que definem matrículas e "idades" de crianças para composição das turmas.

Esta incongruência presente nas diferentes orientações de trabalho, segundo esta reflexão, tem fragilizado o trabalho iniciado na perspectiva do Agrupamento Multietário (em 2004 na Rede Municipal de Campinas) e tem gerado um colapso no cerne da discussão curricular, dadas as diferenças existentes entre estas abordagens e suas indicações, que colidem na prática, criando dificuldades e ações descontinuas no cotidiano do trabalho pedagógico.

A Formação Continuada foi reiterada como decisiva na construção de mentalidades mais avançadas nas práticas educativas, a fim de romper com as concepções que tratam as meninas e meninos como "Alunos" na Educação Infantil e permitir visões mais críticas e criteriosas para superar as incongruências presentes no âmbito da Política de Educação Infantil.

O grupo reafirmou a necessidade de construção de um Fórum Municipal de Educação Infantil com instância de debate, formulação e mobilização da política de educação infantil, na defesa das crianças e dos trabalhadores (as) desta área.



Grupo:
Currículo da
Educação
Infantil



Participantes:

Acácio Pereira da Silva Jr.
Adriana Aparecida Biono Dias
Adriana Serra Santos
Alexandre Falconi
Ana Carolina Silvestre Silva
Ana Lucia Mariano Korber
Ana Lucia Paganotti Mourat
Ana Maria Silva da Rocha
Ana Paula Dias Leite
Andréia Cristina Gonçalves Lourenço
Andréia Marques Viana
Anie Aparecida de Lima Coutinho Silva
Antônio Bento Araújo Silva
Aparecida Francisca de Carvalho
Ariane Garrote Fogliarini Martins
Aurora dos Santos Ferreira
Benedita de Fátima Mendes Teixeira
Benedita Sofia Ezequiel
Bianca da Silva Machado
Camila Senna dos Santos
Carla de Luca
Carmen Lucia Pavan Mendes
Carolina Bagnolati
Carolina Medure Elias Bergamini
Caroline Heyko Costa Kuwakino
Cecília Macedo Zanetti
Célia Maria de Souza Dias
Cinthia Helena de Oliveira
Cíntia Valéria Macedo
Cláudia Nascimento Cardoso Porto
Cláudia Patrícia Ribeiro das Chagas
Cláudia Regina Oliveira Laurindo
Creuza Rodrigues Real de Oliveira
Cristiane Alves Barreto
Cristiane Aparecida Nunes Pereira



Cristiane Maria Rorin Pereira
Cristiane Mazetto Vieira da Costa
Cristiane Pereira da Silva
Cristina Campos
Cristina Decico
Daniela Batista de Oliveira
Daniela Jaire Felix do Nascimento
Doris Meires Fratini Cunha
Edna Delasir Arminini Lima
Elaine Aparecida de Jesus Pereira
Eliana Moreira Gabriel
Elias Natanael Aleixo
Eliete Aparecida Pio
Elisabeth Cristina de Souza Silva
Elisete Aparecida de Arruda Braga
Érica Cristina Mercúrio
Érika Cavalcante de Souza
Érika Ferreira Lucas
Eunice Rodrigues Reis de Assis
Evani Ramos de Carvalho Rogieri
Fabiana Aparecida de Oliveira
Fabiana Cardoso dos Santos
Fabio da Silva Bergamini
Fátima Aparecida de Faria Lima
Flavia Ferreira dos Santos
Gildete Farias Nalio
Giselle Rodrigues Vieira Ramos Honório
Gislaine Aparecida do Prado Santiago
Ilma Aparecida Silva de Oliveira
Ilza Francisco Barroca Morceli
Iracema Fernanda Silva Dias
Iris Silva Trindade Luzo
Ivete Maria Vieira Farias
Ivone Maria Vieira Puelker
Izaira Albuquerque Lopes da Silva
Josealane Araújo Ferreira de Oliveira
Joseane Maria Parice Bufalo

2º Seminário Desafios da Educação Infantil



Katiuska Marcela Grana
Keila Cristina Juvenal Jaire Felix
Kelly Aline de Carvalho
Laurinda Pereira de Souza
Lavínia Pavarini Limoli
Leandra Leite Bueno
Leidimar Silva de Almeida
Liliane Elaine do Prado Faria
Lincoln César Moreira
Lucélia de Almeida Silva
Lucia Ivone Ribeiro de Oliveira Silva
Lúcia Rita Pereira dos Santos Zornoff
Lucia Satie Maeda
Luciana Aparecida Ferreira de Oliveira
Luciana Henrique da Silva
Lucimar Batista Lage
Maise Ferreira Garcia
Maise Santana Silva
Marcela Oliveira da Silva
Márcia Adriano Batista Freire
Márcia Cristina Ferreira
Márcia Maria da Silva
Márcia Ternero Santana
Marcio Baptista de Oliveira
Marcos Pascoalino Campos
Maria Amélia Bernardo de Paula
Maria Aparecida Pereira de Souza
Maria Cristina Campos
Maria da Penha Malachias
Maria da Penha Ribeiro Daolio
Maria Ester Pinheiro
Maria Fernande Belém
Maria Gorete Pimenta Baldasso
Maria Imaculada Almeida de Mello
Maria José da Silva Reis
Maria Lucia Rodrigues Amaral
Maria Márcia de Mello Rubio

Câmara Municipal de Campinas



Maria Rita de Alcântara
Maria Sueli Rodrigues Antunes
Maria Vitória Honório
Marilania Rezende Rocha
Marília Cabral Mendes
Marina do Prado Eloí
Marinete de Lima
Marisa Minardi Ceccato
Marta Silva Soares Monteiro
Meire Gianella Colacioppo Nollemberg
Melina Assis de Moraes
Milton de Cássio Oliveira
Miriam Lacerda
Mirian da Silva Nascimento
Myra Valladares Maia
Para Martins Moretti
Nathália de Menezes
Neide Leite de Paula
Odete da Silva Dias Rodrigues
Odiselia Souza Silva
Orlando Teixeira de Andrade
Paola Carmezine Gizolfi
Patrícia da Silva Luz Araldi
Paula Alves de Souza
Pedro Ribeiro da Cruz
Priscila dos Santos Cruz
Priscila Koizumi Paschoal
Raquel Cristina Valença Terin
Regina Célia Augusto
Renata Candido Santos
Rita de C. Rodrigues dos Santos
Rita de Cássia Oliveira da Silva
Roberta Filippini Pedroso
Rosana Almeida Ramos
Rosana Maria Pereira Paschoa Cavoto
Rosangela Berini
Roseli Aparecida Ciolfi



Rosenei Aparecida Rafael
Rosimeire de Souza Pinto
Rosimeire Silva N. Pereira
Sandra Amara de Paula
Sandra Elisa Birochi Botta
Sandra Maria Bezerra da Silva
Sandra Regina Sarto
Sandra Seroiska Rodrigues
Selma de Souza Dias
Sergio Luiz dos Santos
Silmair Aparecida Oliveira
Silvana Estela Marques
Silvana Nascimento de Moraes
Silvia Helena de Assis Nunes
Soraya Aparecida Chami da Silva Radomili
Suzana Amélia Blumer
Suzi Harumi Shida
Tamara Rita Rodrigues
Valéria Aparecida Antunes Amici
Valquiria Regina de Paula
Vanda Teles Silva
Vanessa Aparecida Bruceci de Souza
Vanessa Lima da Silva
Verina Silva dos Santos
Vilma de Lourdes Campos
Virginia da Cruz Jesus
Viviane Alves de Almeida
Viviane Amaro dos Santos
Walquiria Evangelista
Willian Idrani
Yvi Tolentino Leal
Zilda Oliveira de Farias



Notas de rodapé

¹ Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, Brasília, 1995 (Presidente Fernando Henrique Cardoso).

²

Arroyo, Miguel G. (1995). O significado da infância.

³

Malaguzzi, Loris. 1994. Ao contrário, as cem existem.

⁴ Como no município de Campinas temos essa denominação, optamos por utilizar monitora para as profissionais de creche que educam e cuidam crianças de 0 a 6 anos (monitoras, pajens, recreacionistas, auxiliar de desenvolvimento infantil, etc).

⁵ Existe a possibilidade de criação de novos convênios do tipo do PROESF (curso de Pedagogia da Unicamp para professores em exercício das prefeituras da macro-região de Campinas).

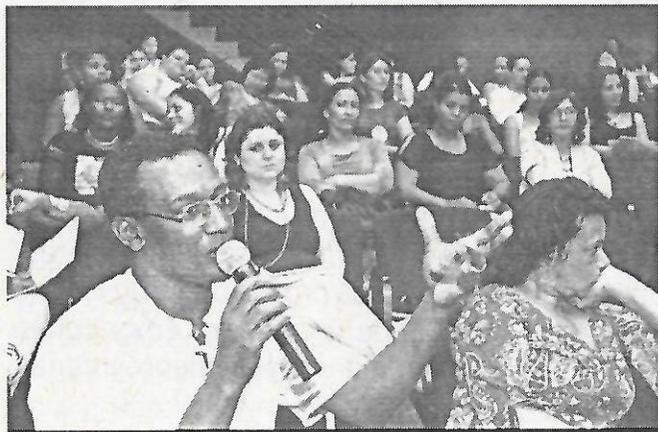
⁶ O PROESF exigiu o magistério para o ingresso no curso de pedagogia.

⁷ Realizado também pelo mandato do vereador Paulo Bufalo em 2005.

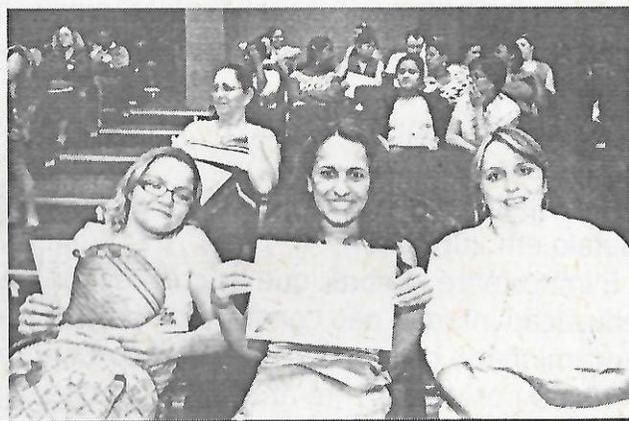
⁸ É importante lembrar que as creches, primeira etapa da educação infantil, não constava do projeto original encaminhado pelo governo federal ao Congresso, e foi incluído posteriormente através de emenda que atendeu às reivindicações levantadas em mobilizações nacionais organizadas pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil

– MIEIB.

2º Seminário Desafios da Educação Infantil



Participação da platéia



Participantes exibem o Certificado



Fórum Eleito da Educação Infantil de Campinas